Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano IV nº 76
21/5/99 a 4/6/99
Contribuição R$ 1,50

Opinião SOCIALISTA

PIZZA À VISTA

CPI ESTÁ ABAFANDO MAR DE LAMA

ACM, MALAN, FRAGA E FHC, DA PIZZARIA PLANALTO LTDA.

NÃO SÃO SÓ OS BANQUEIROS

NO BRASIL, MONTADORAS TAMBÉM FAZEM A FESTA

Págs. 5, 6 e 7

RENATO BENVENUTTI

MOBILIZAÇÃO ADIA PRIVATIZAÇÃO DE FURNAS.

Queda de braço com o governo continua. Trabalhadores podem retomar greve para impedir marcação de data do leilão da principal geradora de energia elétrica do país. Pág. 4

FORA OTAN DOS BALCÃS!

Manutenção dos bombardeios nos Balcãs é cada vez mais intolerável. Estados Unidos parte para o tudo ou nada para forçar rendição de Milosevic antes de apelar à invasão por terra. Pág. 10

ESPAÇO ABERTO

Veja aqui os principais trechos do manifesto dos juristas

Manifesto dos juristas brasileiros sobre a crise econômica. *"O atual governo continua comprometendo a riqueza nacional para atender as políticas do FMI. A estrutura da república, pelo desatar dos laços federativos, encontra-se ameaçada. Presenciamos a desconstitucionalização das práticas políticas do governo federal, o sucateamento dos bens públicos, o estilhaçamento da República pela submissão aos órgãos financeiros do capitalismo internacional.*

Não é nacional o governo que entrega o câmbio, a moeda e o Banco Central do Brasil aos praticantes auxiliares da especulação internacional...

...Com sua política submissa aos interesses opostos à independência e ao desenvolvimento nacionais, o governo viola, de maneira unipessoal e arrogante, o direito à autodeterminação do povo brasileiro, não só em seu conteúdo político, mas principalmente em sua expressão econômica e social...

...Portanto, o Brasil deve apoiar-se em seu próprio povo organizado, em cooperação interna e externa, investindo nele mesmo, em sua riqueza e potencialidades, livrando-se das forçadas dependências contrárias ao seu crescimento econômico e social...

...A riqueza e a autodeterminação de um País representam valores intocáveis. Soberania é, concretamente, controle da própria riqueza, definida e respeitada como patrimônio público, exercitada através da gestão política independente.

Assinam o documento dezenas de juristas, entre outros,
Barbosa Lima Sobrinho, Celso Bandeira de Mello, Claudio Mariz de Oliveira, Dalmo Dallari, Fabio Konder Comparato, Hélio Bicudo, José Roberto Batocchio, Marcio Thomaz Bastos

Desde Cabral. Sou estudante da rede estadual de ensino, e como qualquer estudante da mesma, eu sofro pela falta de professores, de um ensino de qualidade, da falta de segurança e estrutura entre outras coisas.

O nosso governo é uma farsa, o nosso povo vem sendo enganado desde a chegada de Cabral aqui, mas simplesmente eles fecham os olhos para a verdade por algum motivo que eu desconheço, e ainda há pessoas que querem comemorar os nossos 500 anos de enganação e por isso eu pergunto: comemorar o que?

Vivo há 17 anos num país que não oferece as mais básicas condições de sobrevivência do ser humano e que nunca ofereceu isso nos seus 500 anos de vida.

O ódio que eu tenho de tudo isso foi que me levou a escrever para o PSTU, porque acho que este é o partido mais sério do país. Estou querendo me filiar ao partido, quero também participar das atividades do partido.

Luciano Roberto,
Paulista (PE)

Escreva para o Opinião Socialista

Cartas: Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino - CEP 04040-030
São Paulo - SP
Fax: (011) 575-6093 **E-mail:** pstu@uol.com.br

O QUE SE VIU

Luiz Carlos Murauskas

Ônibus incendiados por populares em Goiânia no último dia 19, em protesto pelo assassinato do combeiro José Marcos Ferreira no campus da Universidade Federal de Goiás. José Marcos foi morto por um policial militar durante manifestação de combeiros e estudantes a favor do transporte alternativo na cidade.

O QUE SE DISSE

"Não é necessário mais ouvi-lo no momento. Ele já disse tudo o que tinha a dizer. E o depoimento dele à Polícia Federal não bate nada com nada."

Senador João Alberto (PMDB/MA), justificando porque não vai reconvocar Francisco Lopes para depor na CPI dos Bancos. Ele "disse tudo o que tinha dizer" aonde? Na CPI é que não foi. Tá valendo tudo nessa operação abafa... No jornal *Folha de S.Paulo*, em 18/5/99.

"Nada vai mudar de hoje para amanhã. Um governo trabalhista pode se esmerar em aplicar os acordos de Wye Plantation, mas essa mudança será estética e destinada a contentar os Estados Unidos e acalmar a comunidade internacional."

Maali Khouri, cidadão palestino, fala sobre o resultado das eleições em Israel que deu a vitória ao trabalhista Ehud Barak. No *Jornal do Brasil*, em 18/5/99.

"Se não for em avião da FAB, como um ministro sairá correndo de Fernando de Noronha."

Raul Jungmann, ministro da Política Fundiária, tentando justificar os passeios e mordomias no arquipélago às custas do dinheiro dos outros, no caso, o público. Bela oportunidade para ficar de boca calada Jungmann perdeu. Na revista *Época*, em 17/5/99.

"Sou contra o impeachment do prefeito agora, seria prematuro neste momento. O prefeito vem dizendo que está disposto a ajudar, que tem interesse em elucidar os fatos da CPI da Câmara."

Luiza Erundina, deputada federal PSB/SP e ex-prefeita, em entrevista coletiva na semana que começaria a ser votado o processo de impeachment de Celso Pitta. Que inesperados aliados Pitta anda ganhando nesta crise... No jornal *O Estado de S.Paulo*, em 18/5/99.

"Vamos continuar pagando as nossas dívidas integralmente, mas queremos que a metade volte aos estados, porque hoje a União não retorna nada."

Antonhy Garotinho, governador do Rio, durante reunião com governadores de oposição. Essa proposta foi referendada pelos três governadores petistas na reunião. No jornal *O Globo*, em 18/5/99.

"Como é? Estou surpreso. A embaixada acabou de ser bombardeada. Três pessoas morreram e você não me pergunta como estão os feridos e a família dos mortos. É isso mesmo?"

Li Zhaoxing, embaixador da China nos Estados Unidos, quando um repórter da rede norte-americana de televisão ABC, lhe perguntou sobre as garantias dos americanos residentes na China. Na revista *Veja*, em 19/5/99.

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64
Atividade principal 61.81.
Endereço: Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo-SP
CEP 04040-030.
Impressão: Artpress

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti, Júnia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary e Carlos Bauer

EDIÇÃO
Fernando Silva

REDAÇÃO
Mariucha Fontana, Celso Lavorato, Marcelo Barba, Wilson H. da Silva, Estela Dominguez

DIAGRAMAÇÃO
Eduardo Lipo, Frederico Rodrigues

EDITORIAL

Lama para debaixo do tapete

Está tendo êxito até o momento a operação abafa na CPI dos Bancos. Em que pese a continuidade de sérios atritos políticos na própria base do governo (Malan x desenvolvimentistas e ACM x PSDB, com vistas a 2002), é um fato que o governo está conseguindo colocar a lama para debaixo do tapete. Episódios como o depoimento do deputado petista Aloísio Mercadante, que apresentou a lista dos bancos que lucraram fortunas com a desvalorização, ou a inacreditável história de que Malan nada sabia da operação Marka, seriam o suficientes, a partir de uma séria investigação, para colocar o impeachment de FHC na ordem do dia.

Também não se deve ignorar que a operação abafa é favorecida pela estabilidade conjuntural da economia, que o governo vem conseguindo com a velha receita: massas de capital especulativo e mais cortes (isso se a terra não voltar a tremer de novo por conta da turbulência na vizinha Argentina).

Mas tudo isso não é o suficiente para convencer a maioria da população de que o governo, os banqueiros e os ricos em geral quase não fazem outra coisa senão maracutaias; de que este país das CPIs é o país da roubalheira; de que este é o país da impunidade para os ricos, que dá cobertura tanto para a ralé malufista em São Paulo extorquir camelôs e pequenos comerciantes, como para os sofisticados ladrões de terno e gravata (com diploma no "estrangeiro") do governo e do mercado financeiro embolsarem bilhões, enquanto que milhões e milhões vivem no desespero.

Duas estratégias

É como expressão desta crise social que durante os meses de março e abril ocorreram importantes manifestações contra o governo. Agora, estão ocorrendo também processos setoriais de luta por salários ou por manutenção de acordos e direitos, etc.

Mas não está fácil transformar esta indignação com o estado atual das coisas em um colossal movimento de massas contra o governo. Infelizmente, a estratégia eleitoral é a regra na direção majoritária do movimento (a Articulação, e seus aliados como o PCdoB). A saber: evitar uma ruptura no calendário institucional/eleitoral e preparar-se para derrotar o governo em 2002 (com um estágio preparatório nas eleições municipais do ano 2000).

As últimas reuniões do Fórum Nacional de Lutas mal conseguiram, até agora, definir um calendário que desse continuidade as manifestações já realizadas. Até agora, o que foi possível avançar em comum foi a proposta de realizar em 17 de junho um dia de luta com atos, vigílias, ocupações de agências bancárias, etc., pelo confisco dos bens dos especuladores. Na próxima semana uma nova reunião do Fórum pode talvez definir uma atividade de massa para o final de junho ou começo de julho, o que sem dúvida é uma necessidade.

Mas todos os setores da esquerda socialista e combativa deste país não podem ficar reféns desta semi-paralisia imposta pela direção majoritária. É preciso fazer, em primeiro lugar, com que este 17 de junho saia do papel e seja de fato um grande dia de mobilização, é preciso estimular as mobilizações setoriais, buscar unificá-las, é preciso lutar para construir um amplo movimento de massas com a estratégia de derrubar este governo e pôr um fim nos criminosos acordos com o Fundo Monetário Internacional.

URGENTE

Governo do PSDB mata trabalhador

PSTU,
Regional Goiânia

Desde o começo de 1997, em Goiânia, centenas de trabalhadores vem travando uma luta pela implementação do transporte alternativo. Os combeiros por duas vezes tentaram aprovar tanto na Câmara Municipal como na Assembléia Legislativa o projeto de regulamentação do transporte alternativo, no entanto, vereadores e deputados foram comprados por quatro famílias que monopolizam o transporte coletivo em Goiânia.

No dia 19 de maio, enquanto seis companheiros entravam no 7º dia de greve de fome, acontecia uma atividade conjunta dos combeiros com o DCE da Universidade Federal de Goiás (UFG), a polícia do governo Marconi Perillo invadiu o campus da UFG sem autorização da reitoria, sem qualquer motivo e na frente de quase 100 estudantes assassinou brutal e friamente o companheiro José Marcos Ferreira da Silva.

José Marcos era pai de três filhas e militava no Sindicato do Transporte Alternativo, que lutava pelo direito ao trabalho.

Nós do **PSTU**, que sempre apoiamos a luta pela implementação do transporte alternativo, exigimos desse governo a imediata punição dos responsáveis pelo bárbaro crime, assim como o afastamento de todo o comando da PM e do Secretário de Segurança Pública, que mantém uma postura irresponsável e arbitrária sobre o fato.

Esse mesmo governo que hipocritamente lançou recentemente uma campanha pela paz e tolerância zero contra o crime, manda a sua polícia reprimir duramente o movimento social. Nós lutamos pela paz, mas exigimos empregos, escola para a juventude, dignidade para o povo, saúde e tudo o mais que FHC e o FMI nos negam. Nós não daremos trégua à burguesia, pois somos da luta.

De outro lado, o governo de Marconi Perillo tem o apoio e participação dos militantes do PCdoB. Nós do **PSTU**, mais uma vez chamamos os companheiros do PCdoB a abandonarem esse governo e cerrar fileiras na luta contra FHC e seus aliados.

Pela punição dos assassinos!
Fora Marconi, FHC e o FMI!
José Marcos, Presente!

Renato Benvenutti

RÁPIDAS

◆ Não há dúvidas. Os **bancos lucraram** como nunca com a **desvalorização do Real**. Segundo a consultoria Austin Asis, o lucro líquido de 22 bancos cresceu 3.025% no primeiro trimestre de 1999 em relação ao mesmo período de 1998. O salto foi de R$ 63,161 milhões para R$ 1,974 bilhão. Segundo a consultoria, 60% destes lucros vieram com a desvalorização da moeda. Entre a turma que aproveitou o botim estão os bancos estrangeiros e os bancos de investimentos da quadrilha associada ao esquema do Banco Central. Há instituições que ganharam em três meses o equivalente ao seu patrimônio e ainda mais 13%, como é o caso do BBA. Não ficaram fora da festa grandes bancos nacionais como o Itaú e o Bradesco. O que seria preciso além disso para essa CPI dos Bancos investigar pra valer essa turma?

◆ A mordomia dos **vôos** das altas autoridades do governo FHC ao arquipélago de **Fernando de Noronha**, com dinheiro público, não foi pequena. Não foi só o chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho. O ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann, é outro usuário assumido. Há no Brasil 34 autoridades com direito de usar a frota da Força Aérea Brasileira. Entre os voadores mais assíduos, além dos já citados, estão os ministros da Educação, Paulo Renato, e o da Cultura Francisco Welfort, recordista absoluto com 499 vôos desde que tomou posse.

◆ Grandes **grupos dos meios de comunicação** estão também na boca para entrar no **Proer das empresas**. Aquele em que o governo trocará títulos velhos destas empresas no exterior por títulos novos emitidos pelo BNDES com prazo de vencimento de 10 anos e com a garantia de que o banco paga o mico por dois anos em caso de falência. Globo, Rede Bandeirantes, Grupo RBS, Grupo Abril, O Estado de S.Paulo são os grupos que encabeçam esta lista. Estas empresas da mídia têm dívidas externas na casa dos US$ 2,3 bilhões. A da Globo é de US$ 1,4 bilhão. Esta "operação abafa" do governo está saindo uma fortuna.

◆ No inicio de junho serão realizadas as **eleições** para o **Sindicato dos Professores do Amapá**. Inscreveram-se três chapas, uma é encabeçada por um ex-representante da Delegacia do MEC no Amapá. A outra chapa possui a sua frente uma ex-candidata do PFL. Diante da situação, um grupo de professores (entre eles militantes do PT e do PSTU), formaram a *Chapa 1, Alternativa de Luta no Sindicato*, que defende, entre outros pontos de programa, o combate a LDB, a municipalização, e a incorporação do sindicato na campanha pelo Fora FHC e o FMI.

MOVIMENTO *Mobilização paralisa processo de privatização*

"Greve em Furnas foi uma tremenda vitória"

Uma impressionante mobilização dos trabalhadores está conseguindo impedir até agora a privatização de um dos pilares do setor elétrico nacional: a Furnas – Centrais Elétricas. Uma greve geral no setor entre os dias 27 e 29 de abril e mais sete liminares, suspenderam a assembléia de acionistas que seria realizada no último dia 29 de abril, para oficializar a cisão da empresa em três partes e marcar a data do leilão de privatização.

Apesar de ter cassado a maioria das liminares, o governo não conseguiu marcar a data de uma nova assembléia de acionistas.

Com 5,9 mil funcionários, Furnas é uma empresa de geração e transmissão de energia elétrica. É uma das quatro do Brasil (delas, o governo já conseguiu privatizar a Eletrosul). Furnas é responsável por 60% da energia gerada nas regiões sudeste/centro-oeste, o que corresponde a 40% do consumo nacional, administra nove usinas hidrelétricas e duas termelétricas, e também é quem transmite a energia gerada em Itaipu para o Brasil. Em resumo, um tremendo filé mignon para o capital internacional.

*Nesta entrevista ao **Opinião Socialista**, Ronaldo Moreno, diretor do Sindicato dos Urbanitários do Rio de Janeiro, militante do **PSTU** e um dos dirigentes da greve de Furnas, conta como foi a mobilização e qual a situação atual desta queda de braço com o governo FHC.*

Opinião Socialista – Primeiro gostaria que você falasse como começou esta resistência à privatização?

Moreno – O governo pretende dividir Furnas em três partes, criando três empresas: duas de geração de energia e uma de transmissão. A de transmissão não seria privatizada. O Conselho Nacional de Desestatização definiu que na segunda quinzena de abril seriam oficializadas estas regras e marcaram para o dia 29 de abril a assembléia dos acionistas. Junto com isso, o BNDES definiu que a dívida da empresa, de R$ 1,2 bilhão, para com a Fundação Real Grandeza (o Fundo de Pensão dos funcionários) seria provisionada e sem qualquer garantia de ser paga no futuro pelos eventuais novos donos de Furnas. Quer dizer, estavam preparando também o fim do fundo de pensão dos funcionários.

> "Governo quer acabar com fundo de pensão dos funcionários"

O.S. – E isso detonou a mobilização?

Moreno – Sim, isso colocou de vez os funcionários em movimento e pra valer. Uma reunião da Intersindical de Furnas no dia 19 de abril (*há funcionários da empresa no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Distrito Federal, Goiás e Tocantins*) havia definido que nós entraríamos em greve por tempo indeterminado a partir de 27 de abril.

Mas antes disso, no dia 23, começamos a fazer greve pipoca dentro da empresa. A greve começou no Rio, onde estão 2 mil funcionários de Furnas, depois foi realizada em subestações e usinas. Neste dia 23 caiu o então presidente de Furnas que discordava das regras da privatização.

O.S. – E como foi a paralisação e o dia 29?

Moreno — No dia 26 realizamos assembléias nas bases estaduais. A greve começou no dia 27 e foi muito forte, foi total na maioria dos estados e parcial em Minas Gerais e Goiás. Só mantivemos em funcionamento em turnos, alguns setores operacionais das usinas. Ao mesmo tempo, havia sete liminares correndo na justiça para suspender a assembléia, a maioria de entidades dos trabalhadores como as dos Sindicatos de Urbanitários do Rio e Eletricitários de Campinas, e dos Aposentados de Furnas. Neste processo, a empresa perdeu o controle do quadro gerencial, ou seja, os gerentes aderiram ao movimento.

No dia 29, houve a ocupação, por funcionários e também parlamentares, do prédio da administração no Rio de Janeiro onde ocorreria a assembléia dos acionistas. Com as liminares e esta mobilização, a assembléia foi suspensa.

No mesmo dia 29, realizamos uma assembléia para suspender a greve. Nesta assembléia, além de parlamentares, estavam presentes Lula e o governador do estado, Garotinho. O resultado é que obtivemos uma primeira vitória, mas uma tremenda vitória.

> "Podemos voltar a entrar em greve por tempo indeterminado"

O.S. – E em que pé está a situação agora?

Moreno – O governo cassou quase todas as liminares, mas tem uma que está valendo e isso está dificultando a marcação de uma nova assembléia de acionistas.

Mas já está decidido que a mobilização vai continuar. Vamos entrar em greve por tempo indeterminado três ou quatro dias antes da assembléia de acionistas que ainda está por ser marcada.

Estamos em campanha contra a privatização e pela defesa da Fundação, do nosso fundo de pensão.

No dia 20 de maio realizaremos uma paralisação contra o novo presidente de Furnas que vai tomar posse nessa data. Dia 21 de maio, será lançado no Rio a Frente Parlamentar em Defesa de Furnas. E para o dia 24 está marcado o lançamento, também no Rio, do Fórum Nacional Contra a Privatização de Furnas e das Águas Brasileiras. Para este evento estavam confirmadas as presenças da CUT, do MST e do governador de Minas Itamar Franco.

O.S. – Esta luta não acabou, mas quais são as conclusões que vocês já tiraram?

Moreno — Só chegamos com êxito até aqui por causa da ação direta, da mobilização. A ação judicial e parlamentar é importante, mas sem o movimento que realizamos até aqui não daria para ter segurado, até porque a privatização do setor elétrico é um ponto que o governo já conta como certo.

Outra coisa importante é que nós antecipamos a luta, não deixamos para mobilizar na véspera do leilão porque aí fica muito mais difícil impedir o processo.

Por fim, quero pedir a unidade da classe trabalhadora nesta mobilização. É difícil triunfar definitivamente de forma isolada. Esta luta é de toda a população, pois nós já sabemos o que está acontecendo com o setor elétrico do país após a privatização das distribuidoras e da operadora do sistema nacional: tarifas altas, blecautes e péssimos serviços.

Esta luta tem que ser ampliada e entrar na pauta dos trabalhadores dentro de uma perspectiva de realizarmos uma greve geral contra o governo FHC e pelas nossas reivindicações.

Samuel Martins

Funcionários de Furnas ocupam prédio da administração no dia 29 de abril

Furnas em números

Área de atuação	RJ, SP, MG, ES, DF, GO, TO
PIB da área	65% do PIB nacional
Energia gerada	60% da região sudeste e centro-oeste (40% do consumo nacional)
Suprimento por estados	DF (95%), RJ (88%), ES (82%), MG (45%), SP (45%), GO (38%)
Usinas	9 hidrelétricas, 2 termelétricas
Nº funcionários	5.943
Patrimônio Líquido	R$ 10,4 bilhões
Endividamento	9%
Lucro Líquido	R$ 453 milhões (1998)
Receita bruta	R$ 4,3 bilhões

MONTADORAS

Brasil é paraíso para lucros e mamatas

Renato Benvenutti

Mariúcha Fontana,
da redação

No decorrer deste mês fomos bombardeados por comunicados da Associação Nacional de Veículos Automotores (Anfavea) na mídia exigindo a renovação do acordo automotivo com o governo – redução de impostos para as mesmas – e ao mesmo tempo anunciando aumentos de 9% a 12% nos preços dos carros. De outra parte, vimos mais uma vez a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC sair em defesa das montadoras e da renovação de tal acordo, em nome de uma suposta defesa dos empregos.

No começo do ano, as montadoras já haviam aumentado os preços dos carros, chegando a ultrapassar os 15% em alguns modelos. Mas chantageando e ameaçando com demissões em massa – com o apoio ativo da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – conseguiram um acordo emergencial do setor automotivo: redução do IPI e redução do ICMS e o compromisso de que o governo subsidie e incentive a renovação da frota de veículos com mais de 10 anos de uso em troca da promessa — por parte das montadoras e autopeças — de não aumentar os preços e garantir o nível de emprego. É esse acordo – com novo aumento de preço e tudo – que eles querem renovar.

No *Tribuna Metalúrgica*, jornal do Sindicato do ABC, a diretoria insiste que "*...o acordo é bom para todos: garante emprego ao trabalhador, aumenta o lucro da montadora e eleva a arrecadação de impostos do governo.*"

Nesta e nas duas próximas páginas buscaremos demonstrar como a história da indústria automobilística implantada no Brasil (todas as montadoras são multinacionais) é a própria história da dependência do país aos desígnios dos capitais internacionais. É a história de 50 anos de sucessivos benefícios e favorecimento por parte do Estado para que esses imensos oligopólios internacionais promovessem uma exploração recorde sobre os nossos operários e auferissem também aqui as maiores taxas de lucros do mundo. É a história, ainda, da remessa sem limites de lucros para suas matrizes no exterior e da imposição de um "desenvolvimento" capitalista que fez e faz do Brasil o que é hoje: o país com pior distribuição de renda do planeta.

E, por fim, é a história também das maracutaias. As montadoras são uma caixa preta, não apresentam balanço desde 1981 (e vivem alegando prejuízo, que ninguém sabe e ninguém viu). Quando os apresentavam, falsificavam os mesmos para pagar menos ou não pagar impostos; usaram de todo tipo de expediente para remeter ilegalmente mais lucros para o exterior e utilizam prática de cartel: aumentam os preços quando e quanto querem.

A rentabilidade (o lucro) das montadoras nestes anos está no mesmo patamar da rentabilidade dos bancos.

Já os sucessivos acordos defendidos e promovidos pela diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (que contam com verdadeiro entusiasmo das montadoras), ao contrário do que diz o Sindicato, não garantem emprego e nem aumento da arrecadação, só aumentam o lucro das automobilísticas e, portanto, a exploração dos trabalhadores.

HISTÓRIA

50 anos de favorecimentos

Antes do final dos anos 50, o Brasil entrava na onda da "bossa nova" e, nas ruas, circulava um novo ídolo: o carro nacional.

Foi na década de 50, em duas diferentes etapas, que se deu a arrancada para a implantação da indústria automobilística no país. Na primeira etapa, em 1952, ainda sob o segundo governo de Vargas, foi criada uma Subcomissão de Jipes, Tratores e Automóveis, com o objetivo de impulsionar uma indústria nacional de carros, apostando na Fábrica Nacional de Motores (FNM), criada em 1942, como ponta de lança para esse objetivo.

A segunda etapa veio com o governo de Juscelino Kubitschek (1955-60), que teve como política central a atração das indústrias estrangeiras. Ele argumentava, a favor das montadoras internacionais, que a indústria nacional não conseguiria produzir em volume suficiente para atender o mercado brasileiro.

Reserva de mercado

No entanto, na época, dos 70 milhões de brasileiros só 400 mil podiam comprar carros e as próprias montadoras estrangeiras não se mostravam muito interessadas em se instalar num mercado que elas consideravam tão limitado. Juscelino, então, garantiu a reserva de mercado para as montadoras que se instalassem aqui, além de doação de terrenos, isenções fiscais, etc.

Isso precipitou o jogo em favor das multinacionais. Atraídas pela possibilidade de contar com mão de obra mais barata do que a de seus países de origem, a transferência e instalação de fábricas dava-lhes a chance de matar dois coelhos com uma só cajadada: além de capturar mercados, transplantava-se um modelo de desenvolvimento, ampliando, enormemente, o leque de alternativas para os investidores estrangeiros e, portanto, as possibilidades de lucro.

Foi com esse objetivo que a partir de 1957 as montadoras estrangeiras instalaram as suas fábricas no Brasil, ao lado das fábricas nacionais: FNM (produzia caminhões), Vemag (automóveis e utilitários) e a Romi (fabricante de um triciclo com motor de motoneta). Dez anos depois, as fábricas nacionais já tinham ido para o espaço.

Em pouco tempo a indústria automobilística tomou conta do país. Em 1970, já era responsável por quase 90% do faturamento e 82% dos empregos em todo o ramos de materiais de transporte. Em 1983, já era a 8ª indústria do ramo no mundo, tendo produzido desde 1957 mais de 13 milhões de veículos.

Foi ficando cada vez mais claro que não seriam as necessidades do Brasil que delimitariam as prioridades para as empresas estrangeiras, mas sim as necessidades de lucro e expansão das multinacionais que determinariam as políticas dos governos burgueses do Brasil. Não é por outro motivo, por exemplo, que o Brasil –um país de dimensões continentais – praticamente não tenha transporte ferroviário e grande parte do transporte de cargas, e mesmo de passageiros, seja feito através de rodovias e, claro, por caminhões, ônibus e carros.

Mais concessões

Mas as mamatas nunca pararam por aí. Já na primeira crise de super-produção de veículos, em 1962/63, o governo criou os consórcios. Em 1969, o governo dá nova injeção com o crédito direto ao consumidor. Em 1981 – já na crise do "milagre econômico" da ditadura – a produção cai para 780 mil.

O governo no entanto jamais deixou as montadoras na mão: criou o Proálcool para substituir a caríssima gasolina; ampliou os incentivos fiscais às exportações; deixou que as empresas atuassem como cartel (negociando entre elas índices de aumento de preços) e, principalmente, fez vistas grossas aos truques usados pelas multinacionais para remeter ilegalmente lucros para o exterior. (M.F.)

MONTADORAS

De Collor a FHC: privilégios mantidos

Uma idéia muito difundida nesta década é que só os bancos ganharam com o projeto neoliberal, enquanto toda indústria teria sido sufocada. Isso é verdadeiro quando se fala da pequena e média empresa e até de setores inteiros de empresas nacionais. Mas isso não é bem assim quando se trata das montadoras de veículos e de todas as multinacionais. Elas tiveram benefícios imensos e aumentaram enormemente a exploração, o que lhes permitiu uma explosão no faturamento, no lucro e também na produção.

Essa é, ao mesmo tempo, a década dos recordes de desemprego na indústria. E, agora, com uma novidade: o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC vai explicitamente à colaboração com as montadoras, via Câmara Setorial.

Já no primeiro acordo da Câmara Setorial Automotiva, em 1992, as montadoras ganharam do governo a redução do IPI de 20% para 14% que depois se reduziu ao valor simbólico de 0,1% e a redução do ICMS de 18% para 12%. Tiveram, ainda, a permissão para importar componentes muito mais baratos; acertaram com o Sindicato de forma negociada, a reestruturação produtiva nas empresas (terceirizações, etc) e atrelaram a PLR a metas. Tudo com a promessa de manutenção do nível de emprego e dos preços dos carros.

Resultado: de 1992 a 1996 as montadoras bateram recordes atrás de recordes de produção e vendas, pulando de 1.073.761 veículos em 1992 para 1.804.328 veículos em 1996. O faturamento cresceu 30,7%, as vendas líquidas por empregado subiu 44,6% e a produtividade saltou 73,5%.

Neste mesmo período em que a produção dobrou, o nível de emprego caiu, os salários ficaram quase que no mesmo patamar de 1992. Mais, as montadoras burlaram – via cobrança de ágio nas concessionárias, o acordo sobre preços.

Não tenham dúvidas que as montadoras tiveram recordes de lucros nesta década. Apesar de que elas não apresentam balanços (com exceção da Fiat) é possível pelos balanços mundiais ter uma pista sobre os seus ganhos astronômicos.

A rentabilidade média do setor automobilístico em todo o mundo é de 15% do patrimônio líquido. A mesma que as dos bancos.

A Fiat – no Brasil – em 1995 teve de rentabilidade sobre o patrimônio líquido a fantástica cifra de 56,9%. Este resultado foi 12,4 vezes maior do que a média de dez setores da economia, que juntos conseguiram 4,58%. Por aí e também pela "enxurrada" de instalação de novas plantas no país, se vê que o lucro delas no Brasil, nesta última década, foi extraordinário.

Mas além disso, as montadoras têm se beneficiado escandalosamente da chamada "guerra fiscal" entre estados e municípios brasileiros para atraí-las.

As montadoras não deixam também de serem beneficiadas com os juros altos. Elas não dependem de crédito (empréstimos) internos. Pelo contrário, elas tomam dinheiro no exterior a 6% de juros, emprestam a juros maiores para consumidores comprarem seus próprios carros (ganhando aí duas vezes), além de comprarem títulos da dívida do governo a juros de mais de 20%. **(M.F.)**

A caixa preta

As montadoras vivem alegando prejuízo, mas não apresentam balanço desde 1981, quando um estudo revelou que os lucros das mesmas eram completamente fora dos padrões da economia brasileira.

Neste ano, a Volkswagen foi pega no pulo. Em seu balanço de 81, ela declarou um prejuízo de Cr$ 18 bilhões. Sua produção havia caído de fato, mas seus preços tinham subido muito acima da inflação do ano, suas exportações tinham crescido 23%, ela tinha reduzido em 30% o número de seus empregados, tinha exigido uma produtividade muito maior dos que ficaram e ainda tinha cortado pela metade a folha de pagamento.

O grande "prejuízo" não passava de uma manobra contábil. Como as empresas têm um limite (nunca respeitado) para remessa de lucros para o exterior, usam do artifício de "contrair empréstimos" juntos a grupos a que elas estão associadas lá fora. Desta forma seus lucros são remetidos disfarçadamente nos juros "pagos pelo empréstimo". Resultado: o balanço da Volks apresentava um grande aumento no seu "endividamento": de Cr$ 7 bilhões em 1980 para ...Cr$ 30 bilhões em 1981. Hoje nem balanço falsificado elas apresentam. Ninguém conhece os reais números das montadoras. (M.F.)

Renato Benvenutti

A lógica da exploração

Álvaro Bianchi,
Membro do Conselho Editorial da revista Outubro

O que move o interesse dos empresários na sociedade capitalista em que vivemos é o lucro. E o lucro é produto da exploração da força de trabalho dos operários, que recebem menos do que o valor que produzem. Assim, eles produzem o que corresponde ao seu salário e um valor a mais que fica para o dono da empresa: esse valor a mais nós chamamos de mais valia

O operário só possui sua força de trabalho. Ele a oferece como mercadoria ao burguês (dono ou donos da fábrica), que a compra por uma determinada quantia em dinheiro (salário) para fazê-lo trabalhar durante um certo período de tempo (8 horas por dia, por exemplo). A partir do momento em que a compra, a força de trabalho do operário passa a pertencer ao burguês, que dispõe dela como quiser.

O custo de manutenção da força de trabalho constitui seu valor; a mais-valia é a diferença entre o valor produzido pela força de trabalho e o custo de sua manutenção.

Para ficar mais fácil de entender, vamos estudar um exemplo. Suponhamos que um operário seja contratado para trabalhar 8 horas por dia numa fábrica de motocicletas. O patrão lhe paga 16 reais por dia, ou seja, 2 reais por hora, o operário produz duas motos por mês. O patrão vende cada moto por 3883 reais. Deste dinheiro, ele desconta o que gasta com matéria-prima, desgaste de máquinas, energia elétrica, etc.; exagerando bastante, vamos supor que esses gastos somem 2912 reais. Logo, sobram de lucro para o patrão 971 reais por moto vendida (3883 menos 2912 é igual a 971). Se o operário produz duas motos por mês, ele produz, na verdade 1942 reais por mês (2x971). Se, num mês, ele trabalhar 240 horas, produzirá 8,1 reais por hora (1942 dividido por 240 horas). Portanto, em 8 horas de trabalho ele produz 64,8 reais (8,1x8) e ganha 16 reais. A mais-valia é exatamente o valor que o operário cria além do valor de sua força de trabalho. Se sua força de trabalho vale 16 reais e ele cria 64,8, a mais-valia que ele dá ao patrão é de 48,8 reais. Ou seja, o operário trabalha a maior parte do tempo de graça para o patrão!

Conclusão: das oito horas que o operário trabalha, ele só recebe 2 horas e seis minutos. O resto do tempo ele trabalha de graça para o capitalista.

Ao patrão o que interessa é o aumento constante da mais-valia porque assim seus lucros também aumentam.

Parceria: sindicalismo pró-exploração

Na semana passada assistimos uma coisa triste: uma manifestação envolvendo operários que tinha um conteúdo reacionário. Uma manifestação em prol da redução de impostos para as montadoras, para forçar o governo (que sempre foi das montadoras, dos bancos e de todos grandes capitalistas) a manter a renovação do acordo, mesmo com o aumento de preços, como queria as montadoras.

É verdade que a maioria dos metalúrgicos não foi nessa manifestação e muitos que fizeram protestos neste dia, fizeram por outras reivindicações: é o caso dos metalúrgicos da Ford que pararam contra a demissão dos 1.500 que estão em casa e mais 350 que a fábrica quer demitir de vez no final do mês e também por aumento de salário. Trabalhadores de outras fábricas também pararam por outros motivos.

Mas a direção do Sindicato tinha um motivo: renovar o acordo, como dizia a manchete do jornal *Tribuna Metalúrgica*: "*Renovação já, exigem os metalúrgicos*"

Luiz Marinho – presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – publicou um artigo em vários jornais no dia 14 de maio intitulado *"Aliança pelo emprego"* que, se lido por alguém desavisado, pareceria ser o discurso de um membro do governo FHC ou mesmo de um RH de alguma multinacional: "*é preciso trocar o prisma do FMI pelo prisma da nação. Com inflação, não. Com indexação, não. Pelo contrário. Perseguindo sempre a estabilidade monetária...Nossa proposta é simples. Organizar uma mesa tripartite para discutir esses grandes agregados macroeconômicos, sem preconceitos, francamente, sem preocupação de denominá-los pacto ou causar impacto!...É possível, por exemplo, construir uma alternativa que combine redução de juros e preços com garantia de emprego e aproveitar a conjuntura favorável para a redução dos juros. No final de março, por conta das expectativas decrescentes de inflação, o governo começou a derrubar os juros, instrumento privilegiado de política econômica...*"

Marinho é contra os juros e a favor da redução dos impostos (coisa, aliás, que todos os liberais e neoliberais defendem), mas é a favor dos lucros. E no caso, a favor de ampliar ou ao menos garantir as margens de lucro das multinacionais. É também contra a indexação: a única coisa não indexada no Brasil é o salário (todo o resto está indexado e, na maioria das vezes, ao dólar, é só ver o aumento dos preços dos carros).

Ele quer vender a ilusão de que se as margens de lucros do setor industrial estiverem garantidas, o emprego também estará assegurado.

Acontece que o lucro dos donos das montadoras, os impostos que o governo recebe e os juros que remuneram os banqueiros saem todos do tempo de trabalho gratuito realizado pelos trabalhadores. Toda essa montanha de dinheiro é produzida pela mais-valia extraída dos trabalhadores. E não é o fato de garantir mais lucro para a Volks do que para o Bradesco que vai ampliar ou garantir o emprego.

Luis Marinho com o presidente da FIESP: parceria pelo lucro da patronal

Aliás, Marinho devia saber disso, já que mesmo com aumento de lucros e da produção o nível de emprego diminuiu nestes anos. Deveria saber também que fazer o Estado abrir mão de impostos em favor de oligopólios como a Ford, da mesma forma que pagar juros das dívidas aos banqueiros, empobrece a maioria do povo e produz ainda maior concentração de renda.

E seria cômico, se não fosse trágico, dizer que é possível discutir franca e livremente numa mesa tripartite como se todos estivessem negociando em igualdade de condições. Estão aí as montadoras conseguindo emplacar um gordíssimo aumento de preços, com redução de impostos. Porque Marinho não tenta arrancar uma redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais (sem flexibilização, sem banco de horas ou de dias) e um aumento de 9% a 12% nos salários, com gatilho de 5%, na sua "mesa tripartite sem preconceitos, sem pacto, nem impacto"? Com parceiros como esse, a exploração vai longe e o desemprego vai aumentar.

Anualmente, há uma superprodução de automóveis no mundo: cerca de 73 milhões de veículos produzidos, para um mercado de 53 milhões. Ou os trabalhadores partem para cima dos lucros da patronal e impõem na marra, com luta, as suas reivindicações e garantem o emprego, ou continuarão perdendo direitos, empregos, salários e conquistas nas mesas tripartites do sindicalista Luis Marinho. **(M.F.)**

◆ Produção, emprego e produtividade (1985-1996)

Ano	Veículos	Trabalhadores*	Veículos p/trabalh.	Horistas (%)	Produtividade p/horista
1985	966.708	122.217	7,9	79,4	10,0
1986	1.056.332	129.232	8,2	79,9	10,2
1987	920.071	113.474	8,1	79,6	10,2
1988	1.068.756	112.985	9,5	79,6	11,9
1989	1.013.252	118.369	8,6	80,4	10,6
1990	914.466	117.396	7,8	80,7	9,7
1991	960.044	109.428	8,8	80,8	10,8
1992	1.073.761	105.664	10,2	81,4	12,5
1993	1.391.376	106.738	13,0	83,3	15,6
1994	1.581.389	107.134	14,8	83,2	17,7
1995	1.629.008	104.614	15,6	83,3	18,7
1996	1.804.328	101.857	17,7	83,3	21,8

Fonte: Anfavea - Elaboração: Subseção DIEESE Sindicato dos metalúrgicos do ABC
* Emprego em 31/12 de cada ano

Atacar o lucro dos capitalistas

Os metalúrgicos e todos os trabalhadores devem se posicionar contra a redução de impostos para as grandes empresas multinacionais, montadoras ou não. E devem repudiar também o sindicalismo de "parceria" com a patronal, promovido pela *Articulação Sindical*.

Para garantir emprego e aumento nos salários é preciso ter como estratégia a derrota dos capitalistas e da exploração e, portanto, desenvolver uma luta em benefício da classe trabalhadora.

É preciso parar com acordos de flexibilização da jornada de trabalho e de redução de custos com a mão de obra (como redução do adicional noturno, aumento de preços de restaurante e transportes, etc.)

É preciso reduzir a jornada de trabalho para 36 horas, sem redução dos salários.

Reajuste já de salários, com gatilho de 5%.

As fábricas que ameaçarem com demissões ou quiserem cortar salários e direitos, alegando prejuízos, devem ser ocupadas.

É preciso exigir que as montadoras abram imediatamente seus livros de contabilidade para os sindicatos.

Cresce o apoio à oposição na Apeoesp

Celso Lavorato, da redação

Wladimir Souza

Oposição Alternativa quer entidade no caminho da luta contra Covas

Dia 18 de junho tem eleição para a nova diretoria da Apeoesp. Com 130 mil sindicalizados este é o maior e um dos mais importantes sindicatos da CUT.

Nestas eleições, a atual diretoria que é da *Articulação Sindical* está dividida em duas chapas (o setor do atual presidente Roberto Felício e o da ex-deputada estadual do PT, Bia Pardi). Até o momento, no entanto, não demonstraram nenhuma diferença séria revelando ser apenas uma disputa por espaço político e pelo controle do aparelho do sindicato. Por outro lado, pequenos grupos sectários, que já haviam rompido com a unidade da oposição nas eleições passadas, acabam fazendo o jogo dos Felício e da *Articulação* ao romperem novamente com a unidade da oposição.

A **chapa 4, Oposição Alternativa,** representa o fio de continuidade da oposição histórica da Apeoesp. Expressa um profundo enraizamento na base com representantes de praticamente todas as sub-sedes da capital, das cidades da Grande São Paulo e todas as macro-regiões do interior. Foi capaz de construir uma importante unidade de oposição e de esquerda.

No momento em que a maioria da direção da CUT se nega a impulsionar uma campanha de massas que tenha como eixo o fim deste governo e seu modelo neoliberal, a vitória da **chapa 4 Oposição Alternativa** na Apeoesp, pode influenciar no rumo da Central e apresentar uma perspectiva de retomada das lutas para o conjunto dos trabalhadores e setores explorados deste país.

Diante disto não podemos ser meros espectadores, todos os setores que acreditam na necessidade de uma mudança na direção na CUT devem dar seu apoio militante e criar um movimento de solidariedade que consiga superar os poucos recursos financeiros que esta chapa dispõe para fazer campanha.

Porque eles apóiam a Chapa 4

◆ **Osmar Lopes, vice-presidente do PT/SP**

"A chapa Oposição Alternativa vem cumprir um papel de retomada da luta em defesa da escola pública. Organizando e impulsionando a unidade e a luta do professorado não sustentando qualquer ilusão com um suposto caráter "progressista" deste governo, como fez a atual diretoria da Apeoesp que passou a maior parte do tempo de sua gestão em intermináveis reuniões de gabinete que não deram em nada."

◆ **Ivan Valente, ex-deputado estadual e federal do PT/SP**

"A Apeoesp precisa de uma nova direção. Uma direção combativa, comprometida com a defesa da escola pública e com o combate à destrutiva política de Rose Neubauer, Covas e Fernando Henrique Cardoso. A chapa Oposição Alternativa tem lutas diárias de categoria: nas salas de aula, nas diversas sub-sedes e nos embates gerais do professorado."

◆ **Zé Maria, membro da Executiva Nacional do PSTU**

"A Chapa 4, representa para o professorado de São Paulo uma alternativa de direção que está a altura desta categoria que tem uma rica trajetória de lutas e combatividade na história recente do nosso país. A Articulação Sindical, que transformou a Apeoesp num monopólio de sua corrente, rendeu-se à um suposto caráter progressista do governo Covas deixando a categoria desarmada para enfrentar os ataques deste governo."

◆ **Aldo Santos, vereador do PT/São Bernardo**

"A categoria está cansada da política de pacto entre a Articulação Sindical e o governo Covas. Este, implementa em São Paulo a mesma política neoliberal do governo FHC. Eleger a chapa Oposição Alternativa significa recuperar a combatividade desta valorosa categoria e possibilitar a retomada da luta em defesa de uma escola pública de boa qualidade e da valorização do professorado paulista."

◆ **Paulo Coutinho, membro da Executiva Nacional da CUT**

"A política de desmonte da escola pública empreendida pelo governo Mário Covas, exige dos profissionais da educação e de suas entidades respostas firmes, corajosas e complexas. Por isso a Apeoesp precisa da chapa Oposição Alternativa em sua direção, que é integrada por militantes que têm comprovada história de combatividade e compromisso com a educação pública."

◆ **Ítalo Cardoso, vereador do PT/SP**

"A Chapa 4 é a que reúne valorosos companheiros e companheiras e retornarão o caráter de lutas e a democracia na entidade, contra a parceria com o governo Covas e a participação nos conselhos que desenvolvem a municipalização. É a chapa que levanta no movimento de professores o Fora FHC e o FMI."

13 de maio é dia de denúncia

Wilson H. da Silva, da redação

Comemorar o "13 de maio" como "dia da libertação dos escravos" é o mesmo que cair no engodo promovido pelo governo e a mídia em geral em torno dos 500 anos de "descobrimento".

Assim como o país não é uma criação dos portugueses e os últimos anos têm sido muito mais marcados por projetos de colonização e exploração, a história da libertação dos negros e negras tem pouquíssima coisa a ver com uma "piedosa princesa" e uma lei chamada "áurea".

Rebeliões e quilombos

Em primeiro lugar, porque em 1888 o decreto imperial foi assinado quando menos de 5% dos negros e negras que viviam no país – algo em torno de 8 milhões de pessoas – ainda eram escravos. O sistema imperial apodrecia a olhos vistos e a própria escravidão estava em crise enquanto forma de exploração da mão de obra. Não só pelas contradições econômicas e políticas do sistema, mas principalmente pela resistência que através de fugas massivas, rebeliões e formação de quilombos há muito sacudia o país e os projetos senhoriais.

Além disso, o "13 de maio", de forma alguma, significou a libertação dos escravos. Sem oferecer nenhuma condição de sobrevivência aos negros e negras "libertos" e, simultaneamente, trazendo milhões de imigrantes europeus e asiáticos para ocupar os postos de trabalho – com o confessado objetivo de "embranquecer" o país – a elite da época deixou claro seus "planos" no que se refere a negros e negras: elevar os senhores de engenhos à condição de patrões, transformar as senzalas em favelas e substituir o trabalho escravo pelo desemprego crônico e a miséria.

"Liberdade guerreira"

Foi lutando contra esta situação que negros e negras entraram no século 20 e é esta mesma luta que levou o movimento negro, na década de 70, a transformar o dia 13 de maio em Dia Nacional de Denúncia do Racismo, adotando o 20 de novembro, em homenagem a Zumbi, como o dia para celebrarmos a luta pela nossa consciência, identidade cultural e real liberdade.

Como dizia a letra de uma música: "a liberdade do negro é uma liberdade guerreira".

Capitalistas brasileiros continuam vendendo suas empresas

De costas para o Brasil

José Martins,
economista e membro do Instituto de Estudos Socialistas

Distintas e outrora poderosas famílias burguesas nacionais estão em plena putrefação empresarial. Quando ainda se consegue localizá-las com vida, são vistas em plena debandada para confortáveis aposentadorias de rentistas da dívida pública ou dos dividendos das suas velhas propriedades indústrias, vendidas para um impessoal fundo de investimento global qualquer. O núcleo duro da indústria nacional derrete como manteiga no calor da globalização. É o que se pode verificar nos anúncios necrológicos do capital nacional, nas últimas semanas:

"Bens de capital – Família Vidigal decide sair do setor. A estratégia de mais uma família brasileira que decide abandonar a sua indústria é a história que está por trás da venda do controle do grupo Confab. Este mês, a Confab conclui as últimas entregas de pedidos do gasoduto Brasil-Bolívia, do qual foi uma das maiores fornecedoras, e na sua carteira os maiores pedidos para este ano são o fornecimento do gasoduto de Cuiabá (MT) para suprimento da termelétrica da região, e no exterior, um duto para o Egito contratado pela associação entre a italiana Agip e a estatal de petróleo" (*Gazeta Mercantil*, 9/4/99)

"Os Villares preparam saída do comando. Grupo metalmecânico brasileiro busca novo aporte de capital, que significará a perda de controle. A família Villares está em via de abrir mão de participar do controle do grupo que fundou há oito décadas, marco da indústria nacional brasileira - em certa época foi quase tão importante como a Pérez Companc argentina ou a Modelo mexicana. A Aços Villares, fabricante de aços não-planos especiais, é o que restou de um grupo que fez fama pela qualidade de seus produtos e que já fabricou de elevadores a locomotivãs e equipamentos industriais, além de outros negócios" (*Gazeta Mercantil*, 10/5/99)

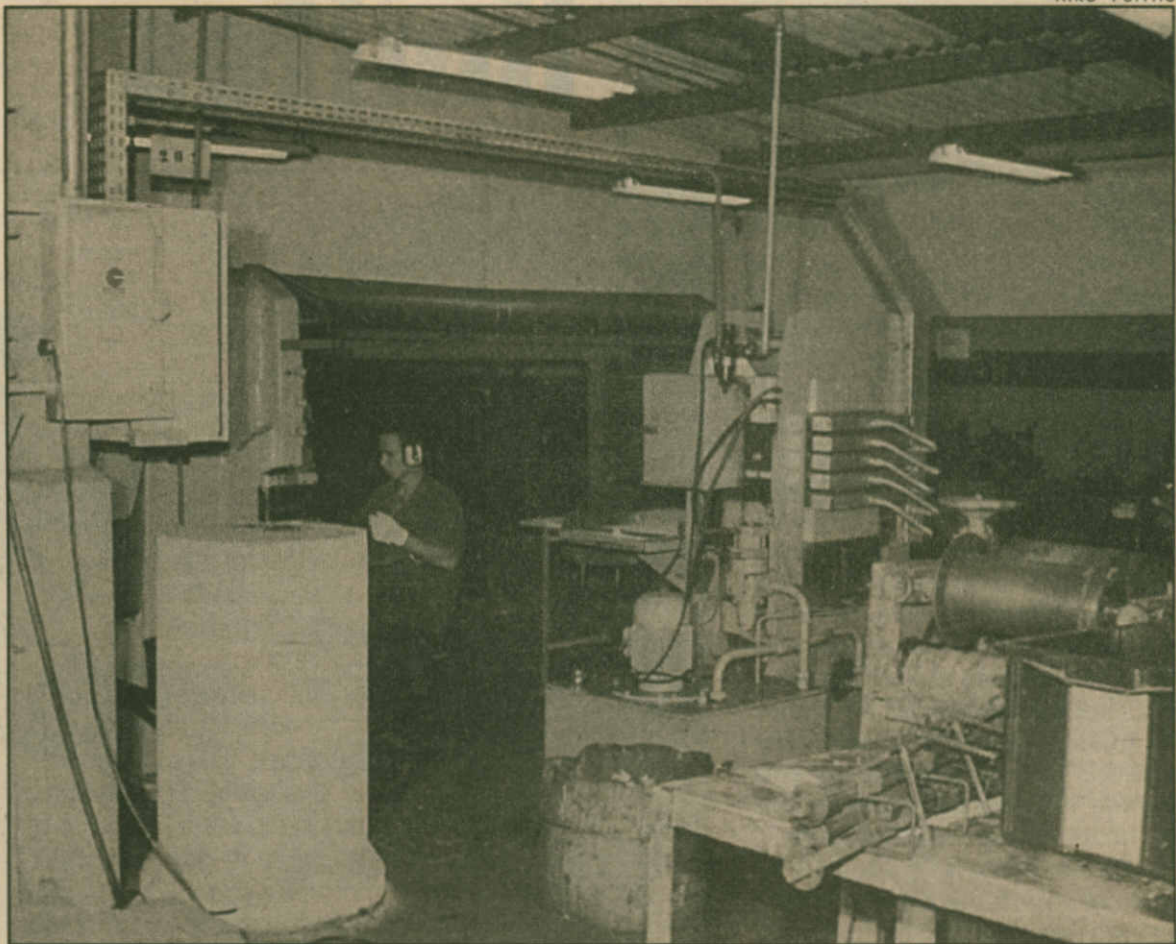
Núcleo duro da indústria nacional derrete como manteiga

Já vimos anteriormente que a indústria instalada no Brasil é atrasada, em termos de valorização e competitividade internacional, mesmo quando comparada com as suas vizinhas latino-americanas. A base dessa baixa capacidade de valorização está na forma de extração da mais-valia e dos lucros.

Quanto à mais-valia, em um pagamento do salário abaixo do valor da força de trabalho e no prolongamento da jornada de trabalho. Essa forma de extração da mais-valia corresponde a uma baixa produtividade da indústria nacional. O arrocho salarial, os maiores índices de acidentes de trabalho do mundo, o desemprego, a miséria e o desespero das grandes massas são as conseqüências sociais dessa base podre de uma economia dominada como a brasileira. Quanto às taxas de lucro, elas são muito elevadas nessa forma atrasada de exploração capitalista. Mas correspondem, ao mesmo tempo, a elevados preços de produção e, consequentemente, a elevados preços de mercado, que no final das contas acabam revelando a fraca capacidade competitiva desta indústria no mercado mundial.

Enquanto existia um Estado nacional ativo, capaz de bombear recursos fiscais para compensar as deficiências genéticas da indústria nacional, ela poderia sobreviver por um certo tempo. Essas empresas brasileiras que estão desaparecendo com a força de gravidade da globalização são criaturas típicas da época do regime militar, dos sonhados anos de ouro dos nossos nacionalistas de caserna. Agora essa indústria não tem mais mercado interno protegido, crédito subsidiado com dinheiro público e nem capacidade empresarial para concorrer no mercado externo.

Tudo isso porque nos últimos vinte anos aconteceu uma coisa decisiva para interromper aquele idílico parasitismo de protecionismo industrial: com o novo patamar da globalização e do livre comércio, e em qualquer parte do mundo, a empresa que não tiver tamanho mundial se desmancha no ar, tem que morrer. Ou, como normalmente acontece com as maiores empresas, tem que se fundir no corpo de uma das empresas mundiais que concentram o capital nos seus respectivos ramos industriais.

Kiko Ferrite

Indústria nacional de autopeças quase não existe

Espírito colonial

Da mesma forma que o país ficou mais pobre, perante o mundo, na mesma proporção da desvalorização cambial, também caiu bastante o preço de mercado internacional das empresas da burguesia nacional, medido em dólares.

Para os capitalistas externos, elas se tornaram uma verdadeira pechincha. Por exemplo, se até janeiro passado, valiam 100 dólares, depois passaram a valer 60. Mas o preço nacional dessas empresas, medido em reais, da mesma forma que para as mercadorias vendidas no exterior, pôde ser elevado de 10 a 20%. E se antes de janeiro valiam 100 reais, depois passaram a valer 120. Assim, a recente desvalorização cambial caiu do céu para essa burguesia que não poderia mesmo sobreviver por muito mais tempo sem as muletas do Estado, quer dizer, do dinheiro público.

Assim, ao invés de exportar suas mercadorias e serviços, como esperavam os seus anacrônicos mercantilistas sedentos por mega-superávits externos, os principais empresários nacionais resolveram exportar a propriedade das suas empresas. Nada muito heróico: apenas aproveitaram a "conjuntura de alta" no mercado de ativos nacionais, para sair do jogo com um bom dinheiro no bolso.

Finalmente, ao invés de uma nova e vigorosa substituição de importações, também muito ansiada pelo romantismo econômico, acabaram promovendo uma oportuna substituição de capital industrial por capital financeiro. Ninguém pode negar que eles acabaram contribuindo para a entrada dos festejados investimentos externos diretos, tão importantes, segundo nossos economistas, para o "reequilíbrio das nossas contas externas". Mas, para que eles lucrem com essa esperta manobra, não pode ocorrer no curto prazo um realinhamento dos preços relativos. Há a necessidade daquilo que é consensual entre o FMI, as patrióticas famílias Vidigal, Villares e outros parasitas históricos: recuperar o controle da inflação e evitar a reindexação. (J.M.)

Terrorismo da Otan não tem limites

Marcelo Barba
da redação

Uma vez, tudo bem. A segunda, passa. A partir do terceiro bombardeio errado, começa a aparecer uma dúvida. Mas, agora, qualquer explicação dada pelo comando da Otan para os enganos cometidos já começa a parecer uma piada de mau gosto. Desde o início da guerra em abril, dezenas de bombas se "desviaram" do trajeto correto ou os alvos "apareceram" inesperadamente na frente dos mísseis ou alvos foram "confundidos". O bombardeio da embaixada chinesa foi causado por um "mapa antigo" de Belgrado.

Desta situação podemos tirar duas conclusões: ou a Otan é um desastre militar ou nem todos foram "erros" realmente. Sem poder descartar a primeira hipótese, em alguns casos, como nos bombardeios que matam civis sérvios, fica evidente que os Estados Unidos (que controlam, na verdade, a Otan) querem dar uma lição ao mundo, mostrando claramente quem é que manda.

Ao contrário da estratégia original do imperialismo, a guerra já se arrasta por quase dois meses sem que nenhuma solução (ou seja, a capitulação de Milosevic) esteja claramente à vista. Os bombardeios sobre as cidades da Sérvia com a morte de civis, mostram que a Otan já partiu para o "tudo ou nada". O objetivo é minar a base de apoio de Milosevic entre a população sérvia. O imperialismo aposta que mais mortes levarão a um aumento da posição anti-guerra na Sérvia.

Para os governos ocidentais que patrocinam a guerra junto com os Estados Unidos, pouco importa, a partir deste momento, quantos sérvios ou kosovares irão morrer. Com a desculpa das "razões humanitárias" e com pouquíssimas baixas, o que causa poucos protestos em casa, a nova estratégia do imperialismo levará a um genocídio muito pior do que o que ele está, supostamente, tentando evitar. Mas esta contradição pouco importa para a Otan e para o imperialismo. Desde que seus interesses sejam preservados.

Peternek Tomislav

Casas de civis atingidas no centro de Belgrado

É claro que há mesmo erros militares, como no caso do bombardeio à embaixada chinesa em Belgrado que deixou 3 mortos e 20 feridos como saldo. Este episódio mostrou a hipocrisia da China nesta guerra e a que ponto chegaram os dirigentes do Partido Comunista. Apesar de protestarem energicamente e de autorizarem manifestações em Pequim e outras cidades em frente às embaixadas norte-americanas, os novos mandarins oportunisticamente usaram o "erro" da Otan para conseguir a aprovação da entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Para quem esperava algo mais da China, esta situação mostra o grau de degeneração da burocracia chinesa com seu "socialismo de mercado". Apenas uma tentativa de protesto no Conselho de Segurança da ONU, sem muito entusiasmo e sem muita repercussão.

Preocupados com a crise econômica que se avizinha, o governo chinês está pouco se lixando para a situação dos sérvios e kosovares nos Bálcãs. Principalmente, porque qualquer envolvimento mais direto iria expor ainda mais os dirigentes chineses, com problemas internos de lutas por autodeterminação.

Sem vista para o mar

O exército iugoslavo, para evitar um aumento da fuga de kosovares, tomou os principais postos fronteiriços da república de Montenegro (país que forma, junto com a Sérvia, a federação iugoslava) com a Albânia e a Bósnia.

Esta tentativa de evitar a saída de kosovares faz parte da nova propaganda de Milosevic que afirma agora que, vencido o ELK, os habitantes da província estão voltando tranquilamente para suas casas. Esta foi a explicação dada pelo governo sérvio para a presença de civis na aldeia de Korisa, que é usada como base militar pelo exército iugoslavo. Na verdade, os civis eram usados como escudos humanos por Milosevic e o suposto retorno para casa é mais uma mentira do ditador iugoslavo. A limpeza étnica continua, mas não será a Otan que irá evitá-la. Pelo contrário, pois os últimos bombardeios "humanitários" sobre comboios kosovares têm contribuído com a "missão" de Milosevic.

As relações entre a Sérvia e Montenegro chegaram a um ponto crítico com a tomada dos postos fronteiriços. Setores inclusive do próprio governo montenegrino já falam abertamente em separação. A estratégia de Milosevic para manter a Iugoslávia unificada está levando o país a mais divisões. E a perda de Montenegro seria ainda pior para os sérvios do que para Kosovo. Com ela, Belgrado pode perder a sua única saída para o mar aumentando, ainda mais, o isolamento do país. (M.B.)

Argentina

Diversas manifestações de estudantes e professores por todo o país impediram o projeto do governo Menem de cortar US$ 280 milhões do orçamento para a Educação. No último dia 12, mais de 15 mil pessoas tomaram as ruas de Buenos Aires até a Praça de Maio, em frente à sede do governo. O presidente Menem foi obrigado a voltar atrás nos cortes e mendigar um empréstimo do FMI para evitar os cortes e até o fechamento de universidades públicas.

Peru

Uma greve nacional vitoriosa foi organizada no final do mês de abril pelos trabalhadores do Peru contra a ditadura de Fujimori e as Forças Armadas, apesar da violenta campanha de desprestígio e ameaças, assim como a repressão e a infiltração policial realizada pelo governo. Diversas mobilizações operárias e populares que aconteceram na capital e em todas as cidades importantes do interior do país, levantaram as palavras-de-ordem de "Abaixo a ditadura!" e "Abaixo o modelo econômico!". A indignação era principalmente contra o desemprego e contra uma segunda reeleição de Fujimori.

Nicarágua

O governo liberal de Arnoldo Alemán vive seu pior momento político com uma série de protestos e enfrentamentos. Os trabalhadores de transporte paralisaram totalmente o país por vários dias em abril reclamando aumentos salariais, enquanto que os estudantes universitários tomaram as ruas exigindo aumento nas verbas para a escola pública. Alemán foi obrigado a chamar o exército para patrulhar as ruas da capital, Manágua, enquanto o Congresso Nacional virava um ringue de luta livre com a troca de socos entre os deputados liberais (governista) e os sandinistas.

I S R A E L *Estados Unidos apoiou candidato trabalhista*

Direita é derrotada pelo "cansaço" de guerra

Marcelo Barba,
da redação

A vitória do candidato trabalhista Ehud Barak nas eleições de Israel mostra um cansaço das várias décadas de guerras e um desejo de avançar nas negociações de paz com os palestinos por parte da maioria da população de Israel. O primeiro-ministro derrotado Benjamin Netanyahu perdeu porque, durante os seus anos de governo, fez de tudo para atrapalhar o avanço dos acordos iniciados pelo também trabalhista Yitzhak Rabin e que sempre contaram com a benção do imperialismo norte-americano.

Netanyahu não retirou as tropas da Cisjordânia ocupada e apoiou os ortodoxos ultra nacionalistas que se recusam a sair das terras roubadas dos árabes. O aumento da violência e os problemas na manutenção das tropas israelenses no sul do Líbano foram a gota d'água que levou a uma derrota impressionante de Netanyahu.

Nos últimos meses, o exército israelense sofreu várias baixas no Líbano onde lutam contra a guerrilha islâmica Hizbollah. Isto abalou o moral do exército, com um aumento tremendo no número de deserções e protestos da juventude contra o serviço militar obrigatório.

Durante o governo do primeiro-ministro Netanyahu, houve um avanço da direita ultranacionalista e dos judeus ortodoxos, que eram contra os acordos e a devolução das terras tomadas aos palestinos.

Exército israelense sofreu baixas sérias no sul do Líbano

Mas para o povo palestino, o resultado das eleições em Israel pouca coisa mudará. O chamado Estado palestino ou a "Autonomia Palestina" prevista nos acordos, será uma mera formalidade e será uma semi-colônia de Israel em todos os aspectos. Hoje, a grande maioria dos palestinos da Cisjordânia é usada como mão de obra barata para as indústrias israelenses, ganhando muito menos do que os israelenses. Não possuem direitos porque são "estrangeiros".

E Israel quer manter esta situação por tempo indefinido. Nos acordos, por exemplo, está proibida a instalação de indústrias no território palestino. A questão da "autonomia" também é muito relativa já que está prevista a possibilidade de intervenção israelense se a "segurança" de Israel estiver sendo ameaçada.

Até mesmo os direitos mais básicos como o de ir e vir não são contemplados. O livre acesso entre a faixa de Gaza e a Cisjordânia, as duas partes do chamado Estado palestino, não está garantida. Por exemplo, para que um habitante de Gaza vá para a Cisjordânia terá que contar com a aprovação das autoridades israelenses, já que Gaza não conta nem com um aeroporto.

Yasser Arafat, ao aceitar a criação de um Estado-colônia, na verdade abre mão das reivindicações históricas do povo palestino e trai os milhares de mortos que lutaram contra a dominação israelense. Desta forma, ajuda a burguesia israelense e o imperialismo a manterem um Estado Policial no Oriente Médio e a consequente dominação e exploração dos árabes em geral. A postura de Arafat faz com que a dominação militar passe a ser também uma dominação econômica. Para a massa palestina empobrecida, os acordos de paz só servirão para a manutenção da sua atual condição.

Associated Press

Barak, primeiro-ministro: mãos sujas de sangue palestino

Barak reprimiu Intifada

O novo primeiro-ministro trabalhista terá grandes problemas para resolver já no início de seu mandato. O primeiro deles é conseguir uma maioria no Parlamento já que os trabalhistas elegeram, segundo informações até o fechamento desta edição, apenas 31 dos 120 deputados. Outro problema é o cumprimento das (poucas) promessas feitas durante a campanha. A principal é a retirada das tropas do sul do Líbano em um ano.

Mas, a tarefa principal de Barak será ganhar a confiança dos dirigentes árabes vizinhos, isto porque Barak é mais conhecido pelos 30 anos que serviu no exército israelense principalmente nos vários grupos de elite. Suas mãos estão manchadas com o sangue de milhares de palestinos. Barak participou inclusive de missões secretas no Líbano. Em 1991, ele chegou ao cargo de chefe do Estado Maior e foi Ministro do Interior no governo de Rabin, onde comandou, com mão de ferro, a repressão à Intifada (revolta da juventude palestina contra a ocupação de Israel que durou 10 anos).

Se é verdade que maioria dos líderes árabes demonstrou alívio com a derrota de Netanyahu também é certo que há pouco entusiasmo com Barak. Os norte-americanos (que de fato estavam apoiando Barak) já declararam seu apoio ao novo primeiro-ministro. (M.B.)

R Ú S S I A

Neo stalinistas latem mas não mordem

Marcelo Barba,
da redação

Apesar das ameaças e das gritarias, a Duma (câmara baixa) teoricamente dominada pelos neocomunistas e nacionalistas, não teve coragem de continuar com o processo de impeachment do presidente Boris Ieltsin. A violência implícita nas ameaças do presidente russo intimidou os deputados, inclusive o ultra-nacionalista Vladimir Zhirinovski que acabou votando contra a continuidade do processo.

A crise começou com a demissão do primeiro-ministro Yevgueni Primakov que, por ter conseguido uma inacreditável estabilidade política mesmo durante a crise financeira que ataca o país desde o ano passado, começava a despontar como o favorito para a sucessão de Ieltsin nas eleições do próximo ano.

Queda de braço

A oposição que dirige a Duma havia prometido se opor a qualquer candidato que Ieltsin apontasse como primeiro-ministro, além de avançar no processo de impeachment. Isto levaria a uma situação de impasse já que pela Constituição o presidente pode dissolver o Parlamento se este recusar por três vezes o nome proposto para primeiro-ministro.

Por outro lado, a Duma não poderia ser dissolvida durante o processo de impeachment. Ninguém duvidou que Ieltsin usaria a força contra o parlamento, ainda mais quando anunciou seu indicado, Serguei Stepashin, atual Ministro do Interior, comandante das Forças Armadas durante a guerra da Chechênia e chefe do temido exército paralelo do Ministério do Interior (300 mil homens, muitos ex-membros da KGB).

Não dá para confiar

Apesar da crise ter sido fechada no momento, a instabilidade quanto ao futuro é enorme. A postura de Ieltsin, cada vez mais aferrado ao poder, nas próximas eleições é um mistério. Mas, uma coisa ficou evidente: que a classe trabalhadora russa, atacada pelas políticas econômicas do FMI e a mercê dos empresários e das máfias locais, não pode confiar nesta oposição que late mas não morde.

Saiu o número 3 da revista *Outubro*

Em sua terceira edição, a revista *Outubro* traz um importante artigo de Robert Brenner sobre a crise econômica contemporânea. Brenner é especialista em História Econômica na Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos, e acaba de lançar o livro a ***Economia da turbulência global***, que será publicado no Brasil pela editora Record. Utilizando as ferramentas da análise econômica marxista, Brenner explica que a crise atual é fruto da super acumulação da superprodução industrial. Suas teses estão promovendo um importante debate entre aqueles que estão empenhados em explicar a crise atual.

Tem mais. Quem quiser ficar por dentro das posições existentes no interior da esquerda revolucionária poderá ler o dossiê "O futuro da esquerda". Fazem parte do dossiê contribuições de Valter Pomar, Edmundo Fernandes Dias, Roberto Robaina e Luciana Genro, Durval de Carvalho, além de Valério Arcary, membro da direção nacional do PSTU. O dossiê é um importante registro dos debates na esquerda depois das eleições de 1998. Merecem destaque os argumentos apresentados por Valério e Edmundo mostrando a necessidade e a viabilidade da construção de uma alternativa partidária que reuna a esquerda revolucionária.

Também merecem destaque os artigos de Roebrto Leher, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, analisando a política educacional do Banco Mundial, e de Ricardo Antunes, mostrando as semelhanças existentes entre a "Terceira Via" de Tony Blair e o projeto neoliberal. Encerram a revista dois artigos de Michel Löwy e Bernardo Cerdeira sobre a relação existente entre o bolchevismo e o stalinismo.

Adquira já seu exemplar

Você podo adquirir o número três da revista *Outubro* com o companheiro que lhe vende este jornal ou através do telefone (011) 575-6093. Também pode fazer a encomenda através do e-mail do PSTU ou contatando diretamente a Secretaria de Redação da revista através do e-mail praxis@obelix.unicamp.br. Sindicatos e entidades de classe tem desconto para pacotes acima de dez unidades.

Aqui você encontra o PSTU

Sede nacional: R. Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - tel (011) 575-6093
Alagoinhas (BA): R. Anézio Cardoso - Ed Azi sala 105
Aracaju (SE): R. Acre, 2309 - bairro Siqueira Campos - CEP 49075-020
Belém (PA): Serzedeio Corrêa, 82 - Batista Campos
Belo Horizonte (MG): R. Carijós, 121, sala 201 - tel (031) 213-3316
Av. Afonso Vaz de Melo, 249 - Barreiro - E-mail: pstumg@net.em.com.br
Brasília (DF): SCLRN 706 - Bloco C - Loja 46 - Asa Norte - CEP 70740-513
Florianópolis (SC): Av. Hercílio Luz, 820 - Centro - tel. (048) 223-8511
Fortaleza (CE): Av. da Universidade 2333 - Centro - tel (085) 221-3972
Goiânia (GO): (062) 225-6291
Macapá (AP): Av. Presidente Vargas, 2652 - Bairro Sta. Rita
Maceió (AL): R. Inácio Calmon, 61 - Poço - tel (082) 971-3749
Manaus (AM): R. Emílio Moreira, 821- Altos Centro - tel (092) 234-7093
Natal (RN): Av. Rio Branco, 815 Centro
Nova Iguaçu (RJ): R. Cel. Carlos de Matos, 45 - Centro
Ouro Preto (MG): R. São José, 121 Ed. Andalécio - sala 304 - Centro
Passo Fundo (RS): R. Tiradentes,25 - Centro - CEP 99010-260
Porto Alegre (RS): R. Salgado Filho, 122 - Cjto. 51 - Centro
Recife (PE): R. Leão Coroado, 20 - 1° andar - B. da Boa Vista - tel (081) 222-2549
Ribeirão Preto (SP): tel (016) 637-7242
Rio de Janeiro (RJ): Travessa Dr. Araújo, 45 - Pça da Bandeira - tel (021) 293-9689
São Bernardo do Campo (SP): R. Marechal Deodoro, 2261
São José dos Campos (SP): R. Mario Galvão, 189 - Centro - tel (012) 341-2845
São Leopoldo (RS): R. São Caetano, 53
São Luís (MA): tel (098) 246-3071
São Paulo (SP): R. Nicolau de Souza Queiroz 189 - Paraíso - tel (011) 572-5416
Terezina (PI): R. Olavo Bilac, 1709 - Centro-sul - tel (086) 221-0441

Nosso e-mail é: pstu@uol.com.br

Campanha de filiação começa a deslanchar

A campanha de filiação do PSTU começa a deslanchar e queremos destacar aqui a regional de São José dos Campos que é a linha de frente. A regional está na frente de outras que tem um número maior de militantes. Até agora foram 50 filiações. Conversando com os companheiros de São José, eles dizem que não existe segredo, basta conversar com os ativistas que apoiam o partido para eles se filiarem.

Mas vale a pena dar uma explicação para muitos companheiros que nos questionaram se os nossos objetivos da campanha não são pequenos, se não estamos filiando pouca gente. Esta campanha de filiação do PSTU é diferente das que normalmente se fazem no Brasil.

Não se trata apenas de assinar um papel formalmente, estamos filiando novos companheiros que estejam dispostos a ter um sólido grau de engajamento com as atividades do partido, dentro das possibilidades de cada filiado.

Isso significa receber em casa o jornal, frequentar as palestras ou atos promovidos pelo PSTU, e contribuir financeiramente e mensalmente com o partido. Neste sentido trata-se de uma relação mais qualificada do que a desenvolvida pelos partidos em geral ou em campanhas mais amplas e abertas. É também a busca de uma relação mais estreita do que a estabelecida com as 10 mil filiações feitas pelo próprio PSTU quando da sua legalização. Estamos nos propondo a fazer filiações em número menor e de forma mais qualificada.

E por isso, queremos aqui fazer um chamado a você que está nos lendo: filie-se ao PSTU. Mais do que isso, ajude na campanha de filiação, traga mais companheiros. Entre em contato com o partido em sua cidade para saber como você também pode ajudar nesta campanha.

Veja como é a contribuição

A contribuição financeira do filiado pode ser feita sob a forma de débito automático de sua conta no cartão de crédito VISA ou ainda pelos bancos Banespa e Nossa Caixa. A outra

forma de contribuição é através de boletos bancários que o filiado recebe em casa, para os que não tem a alternativa do débito automático.